



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO - ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.809.041/0001-75
Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 24 – Centro CEP: 48.540-000
Fone: (0xx75) 3203-2106 - Site: www.jeremoabo.ba.gov.br

000028✓

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CONTRATO Nº 017/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 354/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2022

Prefeitura Municipal de Jeremoabo, Estado da Bahia, situada à Rua Dr. José Gonçalves de Sá, nº 24-Centro, Jeremoabo/BA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.809.041/0001-12 doravante denominado **CONTRATANTE/LOCATÁRIO**, e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **DERISVALDO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, casado, empresário, do RG n. 560.448, SSP/SE, e do CPF n. 256.775.785-68, domiciliado nesta cidade, e a pessoa física **MARIA LUCIA DE SANTANA SANTOS**, portador do RG nº 379.493 SSP/SE e do CPF nº 697.847.015-53, domiciliada na Rua Eliseu Varjão Santana, s/nº, Loteamento São João, Jeremoabo-BA, denominado **CONTRATADO (A)/LOCADOR(A)**, resolvem celebrar o presente Contrato, com base no processo administrativo acima identificado que se regerá pelas cláusulas e condições aqui estabelecidas e pelo art. 24, X da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e a Lei n. 8.245/91, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constituem o objeto do presente contrato a **Locação de um imóvel localizado na Rua Aracaju, s/nº, Centro, Jeremoabo-Ba, para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social**, conforme discriminado no Processo Administrativo, já identificado, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Órgão: 03.13.00 Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Classificação Programática: 8.243.006; 8.244.002

Projeto Atividade: 2.037; 2.071

Elemento de Despesa: 33.90.36.00

Fonte de Recursos: 00; 28; 29.

§ **ÚNICO** – A responsabilidade pela fiel execução do presente contrato será da Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania encarregada da fiscalização e detentora da Dotação Orçamentária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ALUGUEL

3.1. O valor global deste contrato é de **R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)** que serão pagos em 12 parcelas no valor de 1.000,00 (Um Mil Reais), conforme especificação desta cláusula.

§ 1.º O pagamento será efetuado através de crédito em conta, até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao de utilização do imóvel.

§ 2º - Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção. Este intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização de valor contratual.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O presente CONTRATO terá vigência de **03/01/2022 a 31/12/2022**.

§ 1º- o presente contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, se houver interesse de ambas as partes, conforme preceitua o art. 57, II da Lei n. 8.666/93.

§ 2º- A CONTRATADA poderá dar fim a locação a qualquer tempo, mediante notificação, com antecedência de 30 (trinta) dias.

§ 3º- Dar-se-á igualmente a rescisão, sem qualquer prejuízo para ambas as partes, no caso de sinistro que impossibilite a ocupação e utilização do imóvel locado.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO LOCADOR (A)

5.1. O LOCADOR, além das obrigações contidas por determinação legal, obriga-se a:

I - entregar AO LOCATÁRIO o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina e na data fixada neste instrumento.

II - garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III - responder pelos vícios e defeitos anteriores a locação;

IV - pagar os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

V - O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme artigo 71 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

6.1. Além das obrigações já previstas no presente contrato, o LOCATÁRIO obriga-se a:

I - pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na Cláusula Terceira;

II- usar o imóvel para atendimento da finalidade pública;

III- restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes de seu uso normal e aquelas decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV – levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

V – realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações provocados por si ou seus agentes;

VI – entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos De sua responsabilidade, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, LOCATÁRIO;

VII – pagar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto e ao serviço de telefonia ou outros meios de comunicação;

VIII- publicar o presente contrato na imprensa oficial, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93, como condição indispensável a sua eficácia.

• **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DA FORMA DE EXECUÇÃO**

7.1. O regime de execução do presente contrato é de **forma parcelada**.

§ 1º - A verificação da prestação dos serviços de locação do presente contrato, para fins de recebimento definitivo, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da efetiva prestação por parte da contratante.

§ 2º - O recebimento do objetivo deste contrato só se concretizará depois de adotados pela contratante todos os procedimentos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REAJUSTAMENTOS

8.1. É permitido o reajustamento do valor do aluguel, a cada período de 12 (doze) meses.

§ **ÚNICO**- O reajuste de preço contratado levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA NONA – BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

9.1. Respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, poderá fazer quaisquer alterações ou benfeitorias no imóvel locado somente com autorização, por escrito, do LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento de qualquer das cláusulas contidas neste contrato sujeitará o contratado às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, garantido a prévia e ampla defesa em processo administrativo, assim descritas:

§ 1º A inexecução parcial ou total do contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração nos seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 10 (dez) dias ocorridos, contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (Três décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

§ 3º A Administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas no contrato.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o contratado da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais, e as previstas na Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O Contratante poderá rescindir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses

- previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

§ 2º. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Aplicada as regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. Em conformidade aos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

12.1. As partes elegem o foro da cidade de Jeremoabo, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

12.2. E por estarem assim justos e contratados firmam o presente contrato em 03 (Três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achadas conforme.

Jeremoabo, 03 de Janeiro de 2022.

DERISVALDO JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito
Contratante

Maria Lucia de Santana Santos

MARIA LUCIA DE SANTANA SANTOS

Contratada

Tatiane Varjão Carvalho

Tatiane Varjão Carvalho

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

TESTEMUNHAS:

CPF nº _____

CPF nº _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEREMOABO - ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.809.041/0001-75
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 017/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 354/2021. OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua Aracaju, s/n, Centro, Jeremoabo-BA, para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social. **CONTRATADA:** MARIA LUCIA DE SANTANA SANTOS. **VALOR GLOBAL:** R\$ 12.000,00 (Doze mil reais). **VIGÊNCIA:** 03/01/2022 A 31/12/2022. **DATA DE ASSINATURA:** 03/01/2022. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA).